

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais |  
e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262 | v.2, n.4, Jul-Dez 2013 | p.33-47

# O ATLÂNTICO SUL, A ÁFRICA AUSTRAL E O BRASIL: COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Analúcia Danilevicz Pereira<sup>1</sup>

## Introdução

O Atlântico Sul é responsável por interligar a América do Sul à África, mas é, sobretudo, um espaço estratégico para trocas políticas, técnicas e comerciais entre os dois continentes. Historicamente considerada uma região de comércio entre Europa, América Latina e África, o Oceano retoma sua importância geoeconômica e geopolítica devido a seus recursos naturais, bem como à virada da geografia política em direção ao Sul. Embora possua grande importância desde a era colonial, foi com a crise do petróleo na década de 1970 que o Oceano teve sua relevância redimensionada, impulsionando o debate sobre as fronteiras marítimas delimitadas, mas, principalmente, quanto à exploração de seus recursos naturais. E ainda, a incapacidade das duas passagens interoceânicas atuais – Suez e Panamá – de responderem as demandas e de comportar as embarcações de maiores dimensões fez aumentar as pressões sobre a área. Além das jazidas de petróleo e dos ecossistemas que o Atlântico Sul possui, há uma diversidade de outras riquezas que podem beneficiar o desenvolvimento econômico dos países localizados nas duas margens.

Para o Brasil e, principalmente, para suas relações com o continente africano, o Atlântico Sul se apresenta como um eixo extremamente importante.

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em História, UFRGS. E-mail: anadanilevicz@ufrgs.br

Alguns críticos, em uma avaliação superficial, definem a estratégia brasileira como paradoxal na medida em que o país estaria fomentando esforços diplomáticos em direção a países mais pobres, com pouca influência no contexto geopolítico global e peso ainda mais baixo na balança comercial brasileira. No entanto, é preciso avaliar algumas tendências políticas e econômicas aceleradas pelo aprofundamento e alargamento do processo de globalização. Cabe observar que o Brasil tornou-se um exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários, serviços e manufaturas. A África, nesse sentido, é uma das regiões mais adequadas aos investimentos brasileiros, pois é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para a expansão dos negócios em setores como o petróleo, gás e mineração. Por outro lado é palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas cada vez mais escassas e demandadas pelas potências tradicionais.

Nesse sentido, para o Brasil, a utilização do Atlântico Sul não significa apenas tornar a África (especialmente a África do Sul) uma conexão sólida para atingir a Ásia via Oceano Índico. Além do sul do continente africano estar se tornando uma base logística, o Atlântico Sul (e também o Índico) desponta como zona de imensos recursos energéticos, com jazidas de gás e petróleo, como o Pré-Sal. Dessa forma, as duas margens do Atlântico tem sido palco de novas descobertas, bem como partes importantes do Oceano Índico. Assim, é necessária a reafirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança nos oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços marítimos por potências extrarregionais.

Na medida em que aumenta a importância econômica do Atlântico Sul, a pressão internacional sobre a região cresce proporcionalmente. Torna-se relevante lembrar a ampliação da investida militar do Reino Unido (com apoio dos Estados Unidos), por ocasião da disputa com a Argentina pelas Ilhas Malvinas/Falklands. Neste sentido, a garantia dos direitos econômicos vem, para os países de ambas as margens, com a contrapartida dos deveres e das responsabilidades de natureza política, ambiental e de segurança pública para que seja possível o controle efetivo e a manutenção da soberania estatal. Igualmente, a projeção de poder marítimo regional torna-se necessária, tanto como defesa, quanto para promover um engajamento entre os países da região diante dos grandes desafios e processos que fazem parte do contexto estratégico do Atlântico Sul. E ainda, há necessidade de controlar as rotas marítimas, mas

também as atividades ilegais no Oceano, bem como a exploração de recursos em águas internacionais (Flemes e Costa Vaz 2011).

Assim, para avaliar a retomada da importância do Atlântico Sul no século XXI, é necessário avaliar as dimensões geoeconômica, geopolítica e geoestratégica.

### **Em relação à importância geoeconômica**

O Atlântico Sul além de rota de passagem e importante espaço geoeconômico, é, também, polo de desenvolvimento. Neste contexto, cabe lembrar que a projeção sul-americana e, especialmente, brasileira para África e Ásia é acompanhada pela projeção chinesa e indiana para América do Sul e África. O Atlântico Sul surge, assim, como plataforma para o estabelecimento de parcerias estratégicas entre os países que banha e destes com os Estados asiáticos, revelando-se decisivo para o desenvolvimento das políticas de cooperação Sul-Sul. Dentro da dinâmica destas rotas políticas, percebe-se o continente africano como ponto de convergência das coalizões sulistas.

É importante mencionar que o Atlântico Sul compreende quatro grandes arquipélagos e ilhas de tamanhos e importância diferentes, bem como nacionalidades distintas, com uma extensa costa litorânea que cobre parte do continente americano, africano e antártico. A costa africana se estende de Guiné-Bissau ao Cabo, com mais de 7.800 km, dos quais 1.200 km compõem o deserto angolano e namíbio. Essa costa compreende dezesseis países, incluindo seis mediterrâneos. São poucos os portos naturais, entre os quais podemos destacar Freetown, em Serra Leoa; Boma, no Congo; Libreville, no Gabão; Duala, em Camarões; Luanda, em Angola; Walvis Bay, na Namíbia; e Cidade do Cabo, na África do Sul.

Já a costa americana inicia no Cabo de São Roque, no nordeste brasileiro, e se prolonga até o Cabo da Terra do Fogo. Sua extensão é de 9.000 km, e destes, 4.179 km pertencem ao Brasil, 330 km ao Uruguai e 4.500 km a Argentina. A costa americana é bem dotada de portos naturais, a saber: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Paranaguá, Santos, Porto Alegre e Rio Grande. Por fim, a costa antártica se estende desde a Península Antártica até a Terra de Maud (ou da Rainha Maud), oposto a Cidade do Cabo. Essa é uma das costas litorâneas com maior dificuldade de acesso do mundo, particularmente na parte

do Mar Weddell. Devido à separação geoestratégica da região sul do Oceano e da Antártida em dois subsistemas diferentes, foi definido a latitude de 60° ao sul como limite da região do Atlântico Sul. Sendo assim, o Oceano pode ser acessado por três vias – através do Atlântico Norte, do Pacífico Sul e do Oceano Índico. Essa interconectividade é um dos grandes fatores que fazem necessária a cooperação para segurança e a manutenção da área como uma zona pacífica, que possa ser utilizada como espaço de desenvolvimento.

Mas é preciso ir além, pois ao tratarmos da retomada da importância estratégica do Atlântico Sul e das relações Brasil-África, torna-se importante considerar também o significado das alianças econômicas como componente fundamental para o desenvolvimento de ambas as margens do Oceano, bem como o significado da Antártida. Daí a necessidade de melhorar nossas condições de proteção e defesa e de aprofundar os laços de cooperação e amizade.

A atividade pesqueira é de grande importância para as comunidades ao longo da costa, sendo a prática que mais carece de vigilância e controle. O combate à pesca predatória, praticada por embarcações estrangeiras com alta tecnologia e que desrespeitam os códigos ambientais é necessário e, atualmente, ineficaz, resultando em danos econômicos e sociais. No entanto, o fluxo comercial constitui um dos fatores de maior relevância ao se pensar na segurança da região, especialmente quando aproximadamente 95% das exportações e importações brasileiras passam pelo Atlântico Sul. E ainda, de acordo com a Marinha do Brasil, a plataforma continental brasileira, e possivelmente a africana também, detém grande quantidade de minérios importantes na forma de nódulos polimetálicos (encontrados com abundância na Bacia do Peru), os quais contêm metais de grande valor econômico, além de areia monazítica, com significativa concentração de urânio.

E ainda, além das novas reservas de Pré-Sal brasileiro, também existem reservas na plataforma continental argentina, bem como expressivas reservas de petróleo *offshore* no Golfo da Guiné, sobretudo na Nigéria, em Angola, gabão e São Tomé e Príncipe. Ainda na costa ocidental africana, a Namíbia possui grandes reservas de gás e a África do Sul de carvão.

Com a descoberta e a exploração do Pré-Sal, a região ganhou ainda maior importância econômica e a necessidade de regulamentar esta atividade, bem como as outras supracitadas, torna-se uma medida crucial para os países de

ambas as margens. Outro fator que incrementa a relevância geoeconômica do Oceano é o fato de banhar a Antártida, região considerada uma nova fronteira para exploração. Certamente essa área será objeto de maior pressão internacional em um futuro próximo.

### **Em relação à importância geopolítica**

Ao pensarmos sobre o Atlântico Sul não podemos deixar de destacar a posição brasileira. O Brasil possui o litoral mais extenso e a maior plataforma marítima. Portanto, o interesse estratégico na região é evidente. Ao avaliarmos as forças motrizes que influenciam concretamente as formulações de política exterior e seu impacto sobre as relações internacionais, não podemos deixar de considerar a perspectiva geopolítica. Nesse sentido, as relações entre o Brasil e o continente africano se constituem como um dos principais eixos e podem ser divididas em cinco períodos distintos com durações diferentes (Relatório Banco Mundial; IPEA 2012). O primeiro período abrange a fase de dominação colonial, do Século XVI até o início do Século XIX. As trocas entre Brasil e África foram crescentes durante este período. Não somente escravos passavam por esta rota, mas também bens, além do intercâmbio de ideias e habilidades. Nesse sentido, as trocas sociais e econômicas marcaram o relacionamento intercontinental. O segundo período, iniciado em 1822 com a independência do Brasil, foi marcado pela marginalização desta relação. Com o fim do tráfico negreiro e a crescente expansão europeia no continente africano, o Brasil passou a atribuir prioridade ao relacionamento com a América do Sul, Estados Unidos e Europa, padrão que se seguiu até a década de 1950. É interessante notar que em 1822 a população brasileira era de aproximadamente quatro milhões de pessoas, sendo metade delas escravos nascidos no país ou na África. O terceiro período foi marcado pelos processos de descolonização africana, com ênfase na década de 1960 – o “ano africano” –, fase caracterizada por um novo cenário também no Brasil. Apesar da criação dos novos Estados independentes na África, o que se percebe é que o Brasil (especialmente durante o governo de Kubistchek, 1956-61), ignorou estes acontecimentos devido à sua forte ligação com Portugal.

O afrouxamento dos laços com Portugal garantiu o início de uma nova fase de reaproximação com a África, definindo o quarto período que se estende de janeiro de 1961 até a metade da década de 1980. Este período, exceto nos

primeiros anos que se seguiram ao golpe militar de 1964, assistiu ao estreitamento das relações políticas e econômicas com o continente africano. O final da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980 foram marcados pelo intenso fluxo de bens e capitais através do Atlântico, tornando este espaço objeto de definições políticas e de desenvolvimento comercial. Nesse momento, o ponto de inflexão aconteceu a partir de 1975, quando o Brasil, durante o governo Geisel, reconheceu o governo revolucionário do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola).

Durante o quinto período que se estende ao Século XXI, a África tornou-se prioridade na agenda internacional brasileira, a qual atribuiu especial relevância aos países lusófonos, com os quais o Brasil divide laços históricos, mas não se restringiu a eles. O continente africano passou por mudanças rápidas a partir dos processos de democratização e de resolução de conflitos e o Brasil tem demonstrado interesse crescente em apoiar e participar do desenvolvimento do continente africano. A administração Lula reativou o interesse do Brasil na África, e o utiliza como base para estender a influência global do continente. A partir da criação do Fórum IBAS e dos mecanismos de aproximação dos BRICS, as relações estabelecidas até então ganharam nova dimensão. E dentro deste contexto o “novo” Brasil global acaba coincidindo com a “nova” África renascida. Através da aproximação cultural e histórica com o continente, além da afinidade de linguagem com os países lusófonos, o Brasil estabelece sua relação com a África agregando um aspecto que nem a China, nem a Índia têm em comum com os países africanos.

### **Em relação à importância geoestratégica**

O Brasil tem incrementado políticas de trocas técnicas militares com os países africanos e com Índia, criando uma complexa rede de securitização que interliga os três continentes. Dada a importância geoeconômica ascendente do Atlântico Sul, as trocas militares entre as duas margens assumem um papel relevante nas relações entre os três países (Flemes e Costa Vaz, 2011). Cabe ressaltar o exercício conjunto das tropas indianas, brasileiras e sul-africanas em de 2008, o IBASMAR. Esse importante evento multilateral passou praticamente despercebido pela população dos países envolvidos. Índia e Brasil possuem marinhas fortes, com mais de 50.000 embarcações. Em comparação com a marinha sul-africana, com números menores, podem desempenhar um

papel de coordenação no futuro. A África do Sul, por sua vez, tem uma extensa costa litorânea (é um país bioceânico) e uma limitada capacidade naval para monitorar e protegê-la. Esse fato gera uma oportunidade para as três forças navais atuarem nessas áreas. E ainda, a utilização do Cabo da Boa Esperança como rota tende a aumentar cada vez mais (cabe lembrar que as ações dos piratas somalis transformaram a rota de Suez num problema bastante grave).

No âmbito do IBAS, a relação entre Índia, Brasil e África do Sul está bem consolidada, e essa nova realidade somada a uma vizinhança regional com pré-disposição ao multilateralismo, poderá constituir uma nova distribuição de poder, representando – conforme refere Francis Kornegay (2011) – a “reunificação geopolítica e geoeconômica da Gondwana” (antigo megacontinente que reunia América do Sul, África, Índia e Austrália). A partir da perspectiva trilateral, a lógica geoestratégica do IBAS é clara – o objetivo é o de criar uma ligação marítima entre o Atlântico Sul e o Oceano Índico. O fato dos três países terem se juntado no IBASMAR explícita essa proposta. O que cada país pretende a partir desta lógica depende de sua vontade política individual e conjunta de formar os termos estratégicos e geopolíticos do Século XXI (Kornegay 2011). O último IBASMAR aconteceu de 13 a 27 de setembro de 2010 e contou com a participação de 11 navios, além de helicópteros dos três países.

Apesar de algumas limitações em termos de segurança regional – em especial no caso indiano e sul-africano – a relação entre os membros do IBAS parece fortalecer os objetivos regionais de seus integrantes. Além disso, os três países ocupam uma posição internacional relevante, podendo o acrônimo fortalecer essa posição, além de servir como meio de promoção de uma nova orientação política. O IBAS emerge em uma encruzilhada da história mundial em que há um vácuo de liderança em termos de legitimidade global e em meio a uma crescente geopolítica de energia e escassez de recursos. Esse aspecto representa o outro lado da moeda da deterioração em escala global do meio ambiente. Dessa forma, o IBAS poderia assumir um papel que viesse a promover uma nova orientação da geopolítica de energia em favor de uma nova responsabilidade (ética e de conservação) como pedra fundamental da governança global.

O Atlântico Sul tem particular importância para o Brasil, especialmente devido ao recente (e crescente) interesse de países como Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia, China e Japão. A proximidade com a Antártida (considerada sua privilegiada posição geográfica entre três oceanos de grande importância para a navegação brasileira), além de seus efeitos climáticos sobre o território, são aspectos fundamentais na formulação da política do Brasil para a região. Dado que grande parte do comércio exterior brasileiro é feito via marítima, além da forte atividade pesqueira e da exploração de petróleo na plataforma continental da América do Sul, a marinha brasileira foi induzida a desenvolver suas capacidades de navegação em águas profundas. A necessidade brasileira de fomentar a segurança na região deve ser vista com um dos objetivos principais da segurança nacional.

Historicamente, a proposta de uma organização sul-atlântica de defesa foi colocada em pauta (novamente) em 1977 pelo comandante da marinha uruguaia. A organização que deveria ser conhecida com Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), seguiria o modelo da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). O governo brasileiro, na ocasião, refutou a proposta uruguaia, defendendo que a OTAS levaria a uma corrida armamentista na região, além de defender que os países do sul não teriam capacidade de enfrentar uma possível “ameaça soviética” sem apoio norte-americano. A retração brasileira aproximou a África do Sul e a Argentina, aliança que logo se desmantelaria devido à disputa nas Ilhas Malvinas/Falklands, em 1982. A África do Sul passou a fomentar uma aproximação com a Bolívia, o Paraguai e o Chile para que a proposta da OTAS fosse posta em prática. Através de um grande projeto de irrigação, em conjunto com o Reino Unido, o Chile aproximou-se da África do Sul. Contudo, a ideia de implementar a organização foi deixada de lado aos poucos, dado que não existiam condições para seu funcionamento conforme planejamento inicial.

Porém, o Brasil viria a sentir a necessidade de garantir a segurança da região, e a revisão da ideia original da OTAS se fez necessária. Essa nova visão ficou ainda mais evidente conforme as ameaças no Atlântico Sul mantiveram-se no contexto do final da Guerra Fria. A problemática, então, passou a concentrar-se em como e com qual composição tal mecanismo poderia ser implementado. Já no final da década de 1980, o Brasil propôs a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como contraproposta à OTAS.

Devido à sua importância regional, o Brasil logrou obter suporte dos países litorâneos. Entretanto, África do Sul e Namíbia não apoiaram a proposta, pois a África do Sul estava isolada, e a Namíbia ainda era governada pelos sul-africanos. A mudança de posicionamento veio após a 50ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1986, onde a Resolução A/RES/41/11, definiu o Atlântico Sul como zona de paz e cooperação (Khanyile 2003). O artigo 2º e 3º da Resolução chamavam os países da região a unirem-se em torno da manutenção da paz através da desmilitarização da área, da não introdução de armas de destruição em massa e não nuclearização. É interessante notar que, ao ser votada, a Resolução recebeu 124 votos a favor e 8 abstenções (todas de países industrializados) e um voto contra, dos Estados Unidos. A ideia de desmilitarização e de desnuclearização do Atlântico Sul não agradou os países desenvolvidos, os quais possuem claros interesses nos recursos naturais de toda a região.

O artigo 5º da Resolução foi de grande relevância para a África do Sul, dado que estabelecia o final do regime do *Apartheid* e a autodeterminação e autonomia para a Namíbia, além do cessar de todas as agressões entre os Estados da região e o apoio sobre todas as resoluções contra o colonialismo, racismo e suas consequências. Sendo assim, a Resolução cobria quatro temas problemáticos para a região – cuidado com o meio ambiente, desenvolvimento socioeconômico, paz e segurança e a emancipação sul-africana e de todos os países no entorno.

A primeira reunião da ZOPACAS ocorreu no Rio de Janeiro, em 1988, depois em Abuja, na Nigéria, em 1990, e em Brasília, em 1994. Todavia, cabe ressaltar a reunião na África do Sul, em 1996, considerada única por diversas razões. Sob o tema “Brigding the South Atlantic”, a reunião enfatizou a importância da região para as duas margens. Várias organizações deram apoio às atividades da ZOPACAS, como, por exemplo, a Organização Marítima Internacional. Desde 1994, o Brasil passou a ser o maior parceiro da África do Sul na América do Sul, e um dos maiores no hemisfério sul. Em 1995, cerca de 50% das exportações sul-africanas eram direcionadas ao Brasil, mesmo ano que a África do Sul teve superávit na balança comercial com o Brasil. Neste mesmo ano, o primeiro diplomata de carreira foi indicado para ser embaixador no país africano, cuja escolha recaiu sobre Otto Maia.

Outro momento importante foi quando Nelson Mandela visitou o Brasil, em 1998, e assinou o Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum. Seguiram outros acordos relativos à cooperação técnica, dupla taxação, promoção e segurança de investimentos. O sucessor de Mandela, Thabo Mbeki, visitou o Brasil em 2000, onde também se encontrou com os líderes do Mercosul. Até a constituição do IBAS e da posterior realização dos exercícios militares conjuntos do IBASMAR, África do Sul e Brasil já haviam participado de três exercícios sob a égide norte-americana – o ATLASUR, (que envolveu Brasil, Uruguai, Argentina e África do Sul, evento bianual e realizado pela primeira vez em 1993); o UNITAS (que envolveu todos os países do ATLASUR mais o Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Venezuela e Estados Unidos); e o TRANSOCEANIC (Khanyile 2003). Diferente dos outros, o TRANSOCEANIC é um exercício de controle de transporte, não envolvendo navios. Contudo, não foram realizados apenas exercícios patrocinados pelos Estados Unidos. Iniciativas bilaterais como o *Brazilian Task Group*, entre o Brasil e a África do Sul, um exercício entre Uruguai, Brasil e Argentina, e outro entre a África do Sul e o Chile, também se inserem nesse contexto.

Com a ascensão de Lula, mas já ao final do governo de Mbeki, Brasil e África do Sul aumentaram sua interação diplomática e militar no âmbito do IBAS. Imbuídas da percepção positiva em torno da cooperação Sul-Sul como meio de atingir maior autonomia política e proeminência internacional, as políticas de ambos os países convergiram, encontrando no IBAS e no BRICS o caminho para intensificar e aprimorar o relacionamento. Com ênfases diferentes, os dois mecanismos internacionais cobrem objetivos diferentes, mas igualmente importantes para a política externa dos dois países. Enquanto os BRICS atribuem maior importância à reforma da governança global e do sistema financeiro, o IBAS, além do intuito de contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional, busca também aprofundar o conhecimento mútuo em áreas específicas, a saber: Administração Pública e Governança; Administração Tributária e Aduaneira; Agricultura; Assentamentos Humanos; Ciência e Tecnologia; Comércio e Investimentos; Cultura; Defesa; Desenvolvimento Social; Educação; Energia; Meio Ambiente e Mudança Climática; Saúde; Sociedade da Informação; Transporte; Turismo, entre outros.

Através do Fundo IBAS e da atuação dos grupos de trabalho, os três países vêm incrementando o conhecimento e trocas técnicas nas áreas citadas acima. Importante ressaltar também os trabalhos do *IBSA Ocean*. O *IBSA Ocean* é um grupo de pesquisa conjunto no continente Antártico. Já em seu segundo encontro, foram definidas quatro áreas principais de atuação e um plano de metas. As áreas são: Variabilidade e Mudanças Climáticas (planeja-se a construção de uma base de dados conjunta e o *IBSA Earth System Model*); Efeito das Mudanças Climáticas nos Ecossistemas, Fluxo de Carbono e Biogeoquímica (incluindo os ecossistemas do mar aberto e da costa litorânea); Efeitos das Mudanças Globais nos recursos vivos, na biodiversidade e para o planejamento de gestão (incluindo desde proliferação de algas nocivas à pesca); e, por fim, Sistemas de Observação Oceânica Regionais. Apesar de não possuir intuito militar, é de grande relevância para a compreensão do espaço de segurança que os três países estão desenvolvendo.

### **Considerações finais**

É importante ressaltar que, para o Brasil, a África não é apenas uma conexão para a Ásia. O Atlântico Sul tem servido como palco para descobertas de uma variedade de recursos naturais como o Pré-Sal brasileiro, mas, também, como as novas jazidas de petróleo no litoral angolano, nas quais o Brasil já está investindo e cooperando em termos de fornecimento de recursos técnicos para a exploração. A afirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança nos oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços por potências extrarregionais se fazem, assim, urgentes. É importante considerar, ainda, a necessidade norte-americana de controlar jazidas de petróleo mais seguras e menos custosas do que as venezuelanas e do Oriente Médio, além da próxima relação militar desse país com a África do Sul – país que poderia ser utilizado para inserção no continente africano, logo, na região do Atlântico Sul.

Apesar das críticas, o desenvolvimento das capacidades militares pelos países da região é imprescindível, ao mesmo tempo em que deve ser reforçada a ênfase na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), especialmente face às tentativas de militarização da região, demonstrada pela situação das Malvinas (Grã-Bretanha), pela recriação da IV Frota (Estados

Unidos) e pelo AFRICOM (comando norte-americano para a África), além da inserção norte-americana no continente sul-americano, através de bases no território colombiano.

O grande potencial para transformar o Atlântico Sul em uma comunidade de segurança e de fornecimento de energia como opção ao sistema euro-norte-americano do Atlântico Norte, é percebido pela política externa brasileira. O Brasil busca liderança na consolidação deste projeto, algo que parece estar sendo obtido através da política assertiva de projeção internacional do país. Neste sentido, a África do Sul possui uma posição central entre os oceanos Atlântico e Índico, o que, junto com sua forte economia, faz com que seja quase impossível para qualquer país não contabilizar o país quando buscar se engajar no continente (Kornegay 2011).

É interessante ressaltar que a resolução dos conflitos regionais na África (a exemplo de Angola e África do Sul) impulsionou uma “virada africana”, podendo o Brasil atuar na aproximação com e entre esses dois países. A expansão dessa relação é importante para aumentar as opções dentro da SADC, o que pode gerar um plano conjunto de segurança marítima que aproximará a região com o Brasil, logo, fortalecendo o IBAS. Enquanto o Atlântico Sul não possui uma organização institucionalizada, como é o caso do IOR-ARC (Organização do Oceano Índico), as relações internacionais nesta região devem conduzir a uma arquitetura de segurança marítima transatlântica (Kornegay 2011). Neste sentido deve-se levar em conta a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, liderada pelo Brasil.

## REFERÊNCIAS

- Costa Vaz, Alcides; e Daniel Fleses. 2011. "Security Policies of India, Brazil and South Africa". *Regional Security Contexts as Constraints for a Common Agenda. GIGA Working Paper 160*. Hamburgo: German Institute of Global and Area Studies.
- Clapham, Christopher; Herbst, Jeffrey; and Greg Mills (eds.). 2001. *Big African States: Angola, Sudan, DRC, Ethiopia, Nigeria, South Africa*. Joanesburgo: Wits University Press.
- Guimarães, Samuel (ed.). 1996. *South Africa and Brazil: Risks and Opportunities in the Turmoil of Globalization*. Rio de Janeiro: Instituto Alexandre de Gusmão.
- Hammerstad, Anne. 2005. *South Africa's Security Engagement In The Region: Lessons for IBSA?* Work Paper 2, Projeto Líderes Regionais e Segurança Internacional, Unb/Ford Foundation.
- Khanyile, Moses. 2003. *South Africa's Security Relations with the Mercosur Countries*. Pretoria: University of Pretoria. Disponível em: <http://upetd.up.ac.za/thesis/available/etd-03242004-150754/>. Acesso em 16 de maio de 2012.
- \_\_\_\_\_. 2004. *South Africa's Post-1994 Military Relations with the Mercosur Countries: Prospects and Challenges*. Pretoria: University of Pretoria. Disponível em: [http://findarticles.com/p/articles/mi\\_hb1402/is\\_2\\_26/ai\\_n29147988/?tag=content;coll](http://findarticles.com/p/articles/mi_hb1402/is_2_26/ai_n29147988/?tag=content;coll). Acessado em 16 de maio de 2012.
- Kornegay, Francis. 2009. "The Geopolitics of IBSA: The South African Dimension". In *Anais Da III Conferência Nacional De Política Externa E Política Internacional: O Brasil No Mundo Que Vem Aí - IBAS*. Brasília: Funag.
- \_\_\_\_\_. 2011. *South Africa, The Indian Ocean and the IBSA-BRICS Equation: Reflections On Geopolitical And Strategic Dimension*. Nova Déli: ORF Occasional Paper.
- Ministério da Defesa (Índia). Disponível em: <http://www.india-defence.com/reports-4527>. Acesso em 16 de maio de 2012.

- Relatório Banco Mundial. 2012. *Ponte Sobre O Atlântico. Brasil e África Subsaariana: Parceria Sul-Sul para o Crescimento*. Brasília: Banco Mundial/Ipea.
- Rodrigues, José Honório. 1964. *Brasil e África. Outro Horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2 v.).
- Schoeman, Max; Cawthra, Gavin; Du Pisani, Andre; e Abillah Omari (ed.). 2007. *Security and Democracy in Southern Africa*. Joanesburgo: Wits University Press.
- Visentini, Paulo Fagundes; e Analúcia Danilevicz Pereira. 2008. *A Política Africana Do Governo Lula*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- Visentini, Paulo Fagundes; Teixeira, Luiz Dario; e Analúcia Danilevicz Pereira. 2007. *Breve História Da África*. Porto Alegre: Leitura XXI.
- \_\_\_\_\_. 2013. *História da África e dos Africanos*. Petrópolis: Vozes.

## **RESUMO**

O Atlântico Sul está se tornando um espaço estratégico em termos de desenvolvimento. O uso do mar em ambas as margens do oceano permite a exploração e a utilização, bem como a conservação e gestão, dos recursos naturais do leito do mar e no subsolo. A garantia dos direitos econômicos, com a contrapartida de deveres e responsabilidades de natureza política, ambiental e de segurança pública, reflete a possibilidade de controle de uma área rica em recursos naturais e que, ao mesmo tempo, torna-se vulnerável às pressões internacionais de todos os tipos. Os objetivos deste artigo são: a) analisar a importância geoeconômica do oceano devido ao aumento da exploração deste espaço; b) analisar a nova realidade geopolítica, uma vez que o Atlântico Sul foi transformado em uma rota de passagem estratégica e polo de desenvolvimento ; e c) analisar a sua importância geoestratégica, pois o oceano estabelece uma ligação com a Ásia via Oceano Índico, destacando o papel da África do Sul e do IBAS.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Atlântico Sul; Geopolítica; Geoestratégia; Geoeconomia.

*Recebido em 19 de julho de 2013  
Aprovado em 13 de agosto de 2013*